Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAVEL
Recebido em 20/10/2017
Protocolo

REQUERIMENTO Nº 455, DE 2017
(Autoria: Comissão de Economia, Finanças e Orçamento).

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Cascavel.

A Comissão de Economia, Finanças e Orçamento, por seus Vereadores subscritores, nos termos que regem o art. 49, XI do Regimento Interno, Requer, após deliberação legislativa seja encaminhado expediente ao Poder Executivo Municipal, perante a Secretaria Municipal de Finanças, para que forneça os seguintes dados acerca do Resultado Primário e Resultado Nominal, apresentados no Anteprojeto de Lei nº 131, de 2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2018, bem como, sobre o pagamento de juros e demais correções que são pagos pelos cofres públicos:

1. Informar por meio de planilhas os cálculos elaborados pela administração e que fecharam com os valores das receitas primárias e das despesas primárias para o exercício financeiro de 2018;

2. Informar por meio de planilhas os cálculos elaborados pela administração e que fecharam com os valores do resultado nominal para o exercício financeiro de 2018;

3. Informar por meio de relatório financeiro quais são os montantes financeiros, que a administração pública pagou em 2017 até o presente momento, com juros da dívida, bem como, quais são esses contratos, qual o valor principal de cada um e o juro cobrado por contrato;

4. Informar qual o valor total que a administração irá pagar com juros, correções e demais encargos no exercício de 2018, oriundos desses contratos.

É o que Requer. Sala da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento.
Em 19 de outubro de 2017.

Serginho Ribeiro
Vereador/PPL/Presidente

Mazutti
Vereador/PSL/Secretário

Jaime Vasatta
Vereador/PODE/Membro

CONFERIDO DIRETORIA LEGISLATIVA

Justificação,

A Administração Pública paga anualmente valores financeiros oriundos de juros que foram feitos por meio de contratos firmados com instituição financeira entre outras. Esses valores não se tem conhecimento de quanto o Poder Púbico está pagando, pois, são contratos que foram firmados em administrações passadas e nessa atual, que acarretam, além do pagamento do principal, o pagamento dos juros. Esta comissão busca tão somente tomar conhecimento real de quanto que está sendo pago com dinheiro público com essas "dívidas".

Outro ponto importante e que não é detalhado na Lei de Diretrizes Orçamentárias é saber como que o Poder Executivo chegou aos números das receitas primárias e das despesas primárias. A maioria desses recursos é livre ou são de transferências? O que faz com que a despesas primárias seja maior a cada exercício? São informações básicas que precisam ser repassadas para esta comissão.

Posto isto, para que os esclarecimentos sejam feitos, aguardamos as respostas ao solicitado.

CONFERIDO DIRETORIA LEGISLATIVA